

## PALAVRAS-CHAVE: POSSIBILIDADES DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

**RESUMO** - A expressiva quantidade e variedade de informações que são veiculadas em diferentes suportes e meios e a diversidade de usuários que buscam acessá-las, constituem-se, atualmente, foco de interesse e preocupação da área da ciência da informação. Dentro deste contexto, destacam-se as palavras-chave como mediadoras entre a informação registrada e de quem dela necessita. Caracterizada como parte do processo da mediação implícita, as palavras-chave são representações do conteúdo temático do documento, elaboradas por profissionais especializados. Nesta perspectiva, o texto em pauta busca evidenciar a estreita relação entre a mediação da informação e a elaboração e/ou indicação de palavras-chave que representem, o mais fidedignamente possível, o conteúdo do documento.

**Palavras-chave:** Mediação da informação. Análise documentária. Palavras-chave.

### KEYWORDS: MEDIATION OF INFORMATION POSSIBILITIES

**ABSTRACT** – The significant quantity and variety of information that are disseminated in different media and the diversity of users who try to access them are the current focus of interest and concern of the Information Science area. Within this context, keywords are pointed out as mediators between the registered information and those who need them. Characterized as part of the process of implicated mediation, the keywords are representations of the thematic content of the document, drawn up by specialized professionals. In this perspective this text intends to make evident the close relation between the mediation of information and the elaboration and/or indication of keywords that represent most authoritatively the document content.

**Key-words:** Mediation of Information. Documentary Analysis. keywords.

**Izângela M. S. Tonello**  
Arquivista, Mestre em Gestão da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, atua principalmente em Análise Documentária.  
[izangelatonello@yahoo.com.br](mailto:izangelatonello@yahoo.com.br)

**Rosane S. Alvares Lunardelli**  
Bibliotecária, Mestre e Doutora em Estudos da Linguagem / (UEL). Vice chefe e professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Atua na linha de pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento Universidade Estadual de Londrina.  
[lunardelli@uel.br](mailto:lunardelli@uel.br)

**Oswaldo Francisco de Almeida Júnior**  
Bibliotecário, Mestre e Doutor em Ciência da Comunicação ECA/USP. Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina e do programa de Pós Graduação da Ciência da Informação da UNESP/Marília. Coordena o projeto de pesquisa em Mediação da Informação UEL.  
[ofaj@uel.br](mailto:ofaj@uel.br)

## 1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade, é fato, só pode e poderá ser resgatada por intermédio de informações nas suas mais diversas manifestações, pois o homem, sempre, e de diferentes formas, procurou se referir e deixar registradas as situações cotidianas representando-as por meio de objetos, inscrições, eventos, paisagens, seres vivos, entre outros. Nesse cenário, a informação apresenta, a cada dia, maior destaque e importância como meio de geração de conhecimento, resgate histórico e de socialização do homem. Além disso, a informação é considerada a principal matéria-prima em qualquer organização, pois facilita e possibilita a tomada de decisão.

Dentro deste contexto, o patrimônio informacional deve ser devidamente preservado e organizado para sua futura apropriação. Importa lembrar que a informação é essencial como registro da própria história da humanidade e também como fator de produção e disseminação do conhecimento.

Partindo dessa premissa, organizar, para compartilhar os registros do conhecimento, torna-se condição *sine qua non*, para que seja perpetuada a história e para o desenvolvimento do ser humano. Nesta perspectiva, as informações geradas por uma instituição constituem-se em fontes de extrema importância para a pesquisa, seja ela, administrativa, jurídica, científica, acadêmica ou de cunho social.

Dado ao significado, cada vez maior, das informações na construção e disseminação do conhecimento, surgem questões relevantes no que se refere à preservação e tratamento, visando a sua disseminação, e que demandam estudos, pesquisas e reflexões a respeito. Entre elas, evidenciam-se os processos de disseminação, transferência e apropriação da informação, os quais estão relacionados com a mediação da informação. Tais questionamentos, acredita-se, são baseados em dois fatos que permeiam a sociedade atualmente: a quantidade e a variedade de informações que são veiculadas em diferentes suportes e meios e o grande número de usuários que buscam essas informações.

A sociedade atual, apesar de ser a grande produtora e consumidora de informações, depara-se com inúmeras dificuldades para acessar e selecionar esta avalanche de informações, resultado de atividades científicas, sociais e econômicas do homem.

De acordo com esta linha de raciocínio, Cintra et al. (2002, p. 21) aponta a relevância do tratamento da informação, ao afirmar que:

O desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado à sociedade uma massa enorme de informação geradora de conhecimentos, portanto de documentos, que precisam ser tratados adequadamente para que haja não só a sua divulgação, como também, a criação de novos conhecimentos, cumprindo assim a rotina natural da própria ciência.

A organização da informação, por meio de sua representação, constitui-se no foco primeiro da ciência da informação. Neste sentido, vale lembrar que se trata de uma ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, pesquisa seu fluxo e os meios de processamento dessa informação, para acessibilidade e apropriações futuras. É inegável que, ao preocupar-se com a organização, representação e preservação da informação registrada, ela tenha como finalidade matricial o compartilhamento dessa informação. Em decorrência, a ciência da informação embasa os estudos que elucidam a natureza, a gênese e os efeitos da informação. Mais efetivamente, analisa e elabora processos de construção, tramitação, comunicação e disponibilização da informação.

A informação, é fato, é considerada recurso estratégico e preponderante na cadeia geradora de conhecimento. Porém, para que essa informação possa ser assimilada, apreendida e transformada em conhecimento, precisa ser representada de alguma forma, a fim de possibilitar a leitura, análise e apropriação.

Segundo McGarry (1999, p. 11)

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. A informação deve ser representada para nós de alguma outra forma, e transmitida por algum tipo de canal.

A informação, para ser recuperada posteriormente, deve estar organizada e representada o mais fielmente possível. Em outros termos, faz-se necessária a mediação

entre o conteúdo informacional do documento e aquele que dele necessita. Tal processo é concretizado, entre outros aspectos, por meio da elaboração de produtos informacionais, como resumos, números de classificação, palavras-chave e descritores.

De acordo com essa linha de raciocínio, ressalta-se a importância e a necessidade da mediação e do mediador, em qualquer espaço no qual se realizem atividades relacionadas à organização e disponibilização de informação.

Para melhor entendimento acerca do assunto, importa apresentar alguns conceitos encontrados na literatura, relacionados ao processo de mediação e seu agente, o mediador da informação.

Segundo Ferreira (2004) “mediação. [do lat. *Mediatione*.] S.f. 1. Ato ou efeito de mediar. 2. Intervenção, [...]; e mediador. [Do lat. *Mediatore*.] Adj. e s.m. Que, ou aquele que medeia ou intervém; mediano, mediatário, intermediário, intermédio”.

Dentro das concepções vygotskianas, na psicologia, Oliveira (1993, p.26) apresenta o conceito de mediação da seguinte forma: “[...] em termos genéricos, é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento.”

Em um contexto mais específico, apresenta-se a definição de Almeida Júnior e Bortolin (2008, p. 74). Para os autores, mediação é

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Corroborando, Barreto (2009, s. p.) afirma que “não é suficiente, unicamente, que a mensagem esteja intencionalmente dirigida ao acesso, mas que a mensagem atinja as geografias do receptor, compatíveis com a sua compreensão e aceitação”.

Dudziak (2009) fortalece essa visão, ao afirmar que, tradicional e historicamente, o papel do profissional da informação era apenas o de organizar e localizar informações e recursos, na maioria das vezes sem levar em conta o contexto no qual estava inserido, o que, atualmente, não atende às necessidades dos usuários.

Tomando por base essa nova visão de mediador, postulada pelos autores acima mencionados, cabe ao profissional da informação perceber toda a realidade informacional e social característica da atualidade, com usuários exigentes e também complexos, para, como mediador informacional, auxiliar, intervir, e colaborar efetivamente com os processos de busca e disponibilização de informações, juntamente com os usuários.

Seguindo esse raciocínio, portanto, torna-se essencial e necessária a presença do profissional da informação, como mediador, o qual primeiramente precisa fazer conjeturas a respeito do contexto social e informacional e ainda dos pedidos e consultas que serão formulados pelos futuros usuários, e que nem sempre são semelhantes aos do mediador.

Almeida Júnior e Bortolin (2008) alertam para o fato de que a mediação deve estar presente em todas as ações do profissional que trabalha com a informação e, mesmo que não esteja explicitada, perpassa todo o processo, desde o recebimento do documento, no qual as informações estão registradas, até a recuperação dessas informações, a qualquer momento, pelo usuário.

Neste processo, vale destacar a interferência do profissional da informação, pois é ele quem vai inferir a respeito do conteúdo informacional do documento e, a despeito das prescrições institucionalizadas em épocas anteriores quanto à neutralidade desse profissional, sabe-se que, embora ele procure ser imparcial, suas ações não são neutras e suas interferências perpassam todo o processo de mediação.

Nas palavras de Almeida Júnior e Bortolin (2008, p. 74), “o profissional da informação, mesmo buscando a imparcialidade – e sabendo que ela nunca será alcançada – deve se preocupar com a relação muito próxima entre interferência e manipulação”, pois ele é o mediador e deve, portanto, engendrar mecanismos para abolir a manipulação em todo o processo de mediação.

Com efeito, as representações informacionais são mediadas e construídas pelos homens, portanto, fazem parte de uma ação social, ou seja, “as representações são baseadas em ações sociais, refletem momentos históricos, teorias, ideologias e culturas e,

embora se aproximem da realidade, podem ter ‘leituras’ diversas” (MORA; ARCE, 2002, p. 9).

A mediação, ou o fazer do profissional da informação, deve ser separada em dois momentos: a mediação explícita, que seriam as atividades-fins nos sistemas informacionais, como, por exemplo, no chamado serviço de informação e referência; e a mediação implícita, que seriam as atividades-meio, como a aquisição, o processamento da informação e outros (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2008).

Nesse sentido, presume-se não uma mediação passiva, neutra e estagnada, que somente possibilite a transição de um ponto a outro, ou seja, a simples organização, localização, transferência e distribuição de informação. Defende-se, sim, uma ação que reflita inevitavelmente a interferência e o próprio fazer do profissional da informação, levando em conta o contexto que o cerca. Tal intervenção pode ser percebida já na própria escolha entre um material e outro, uma informação ou outra, para disponibilizar ao usuário, portanto, mesmo que se queira ser neutro, há que se considerar uma neutralidade relativa.

Para que a mediação se estabeleça, observa-se que o profissional da informação pode recorrer ao contexto da ciência da informação e, mais especificamente, ao conjunto de atividades em busca da melhor representação do conteúdo informacional dos documentos, denominado análise documentária.

## 2. ANÁLISE DOCUMENTÁRIA: PROCESSOS E PRODUTOS

A análise documentária, na perspectiva de Gardin et al (1974), corresponde a um conjunto de procedimentos de análise e síntese, sistematicamente realizados com o intuito de representar o conteúdo dos documentos científicos, de modo a propiciar sua recuperação ou consulta:

Dentro dessa perspectiva, importa mencionar que, ainda que se tenha referido especificamente aos documentos científicos, é consenso, entre estudiosos da área, que os procedimentos cognitivos mencionados por Gardin (1974) podem ser aplicados a vários outros tipos documentais.

Dentro desse contexto, importa mencionar que inicialmente os procedimentos relativos à localização e identificação de conceitos dos documentos eram baseados apenas na experiência e no bom senso dos bibliotecários, o que gerava uma extensa diversidade de critérios, sem padrão, que lhes conferisse o caráter científico e, ainda, sem nenhuma explicação a respeito dos mecanismos e procedimentos utilizados.

A análise documentária, pautada na vertente espanhola (GUIMARÃES; SALES, 2010), pressupõe dois níveis de análise: o da análise formal, relativa ao processo bibliográfico, ou seja, aos aspectos extrínsecos ao documento; e o da análise de conteúdo, relacionada com os processos de condensação e representação - por intermédio da linguagem - do conteúdo ou dos aspectos intrínsecos do documento.

A este estudo, importa mencionar, interessa o conteúdo temático do documento. A representação do conteúdo temático do documento é resultado da análise e síntese das informações contidas no documento, as quais, embora sejam etapas distintas, constituem-se em um continuum do mesmo processo e que são realizadas somente em diferentes momentos.

Segundo Naves (2001, p. 192) a etapa analítica caracteriza-se como

processo de ler um documento para extrair conceitos que traduzam a sua essência é conhecido como análise de assunto, para alguns, como análise temática, para outros, ou ainda, como análise documentária, análise conceitual ou, mesmo, análise de conteúdo. [...] O processo de análise de assunto, [...] é iniciado com a fase de leitura do texto.[...].

De acordo com Guimarães (2003), a etapa analítica diz respeito aos processos de análise do conteúdo do documento, que é essencialmente o assunto (o objeto do registro). Abarca a leitura e a segmentação do texto, tendo em vista conhecer sua estrutura e o conteúdo temático, para que seja possível a identificação dos conceitos. Após a identificação das partes mais significativas do texto, são categorizados os conceitos, visando à construção do texto documentário.

Sob o ponto de vista do autor mencionado, caracteriza-se como etapa sintética aquela relacionada aos processos de seleção e representação da informação: trata-se da fase de seleção e categorização dos conceitos, os quais são condensados ou reduzidos de sua forma original para o formato de microtexto, como, por exemplo, as palavras-chave, os resumos, que são representações concisas do conteúdo documental.

Os resultados obtidos por meio do processo de análise e síntese do conteúdo informacional são considerados produtos ou ferramentas que possibilitarão a disponibilização e o acesso da informação contida no documento, quais sejam: número de classificação, o qual categoriza o documento de acordo com a classe a qual pertence; índice, que é um roteiro ordenado, alfabético ou sistemático do conteúdo do documento, acompanhado de referencial que permita a identificação e/ou localização do documento; palavras-chave ou descritores, que se constituem em uma ou mais palavras extraídas do título ou do próprio texto, cuja finalidade é a de representar o conteúdo do documento.

De acordo com Novellino (1998), para que se concretize a transferência/recuperação da informação é necessária sua representação. A ação de transferência da informação depende de linguagens formalizadas, para que haja comunicação entre quem produz a informação, quem a organiza e quem a usa. Esse tipo de linguagem formalizada é, na realidade, a linguagem de representação.

As linguagens formalizadas de representação são as linguagens documentárias, as quais, de acordo com Cintra et al. (2002, p. 35)

[...] são instrumentos intermediários ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a 'tradução' da síntese dos textos e das perguntas dos usuários [...]  
A formalização das perguntas dos usuários é feita em linguagem do próprio

sistema. É por esta razão que as linguagens documentárias podem ser concebidas como instrumentos de comutação documentária.

Sob a ótica da ciência da informação, as linguagens que representam as informações são divididas em linguagem natural e linguagem artificial, documentária ou controlada.

A linguagem natural é a empregada habitualmente na escrita e na fala. São palavras, que de forma organizada (frases, textos) transmitem mensagem do emissor para o receptor. A indexação realizada com esse tipo de linguagem leva à recuperação da informação por meio de expressões utilizadas pelo autor.

Em contrapartida, a linguagem artificial, documentária ou controlada é aquela construída pelo profissional especializado, elaborada de acordo com regras estabelecidas de um vocabulário controlado específico, cuja finalidade é a de descrever o conteúdo dos documentos de forma sintética, objetivando a uniformidade de armazenamento, assim como a facilidade de recuperação dessas informações.

Para tanto, compete ao profissional da informação, por meio de métodos e instrumentos da análise documentária, selecionar e construir as linguagens de representação que melhor atendam às exigências dos usuários. Em decorrência, cabe ao profissional da informação realizar a leitura documentária, (leitura especializada) e, a partir dela, definir a linguagem mais apropriada, para transformar essas informações em conhecimentos adequados às necessidades das diferentes organizações, nos diversos segmentos sociais.

Importa salientar, entretanto, que a passagem de um texto para outro tipo de representação dessa informação é uma operação semântica, mesmo não obedecendo a uma regra precisa e ainda que varie em função de cada organismo e do analista [que define os termos representativos, ou as palavras-chave], mesmo que intuitivamente, em função do interesse da instituição e de sua ocorrência. (GARDIN, 1974)

Dessa forma, a representação da informação, no caso, por intermédio das palavras-chave consiste na substituição de uma entidade lingüística (o texto do documento), por sua descrição abreviada (palavras-chave), requerendo, nesse processo, -

uma vez que contempla alguns aspectos específicos - a mediação do profissional da informação.

As palavras que determinarão se o usuário acessará ou não a informação serão, reitere-se, extraídas do texto do documento, o que requer, para um resultado satisfatório, a qualificação do profissional da informação, pois todo esse processo de mediação do conteúdo informacional será feito por ele.

Corroborando, Cintra et al. (2002, p.39) argumentam que essas várias fases do processo de análise do documento

[...] apresentam uma complexidade considerável, pois não se trata de adquirir os documentos e armazená-los numa ordem lógica. [...] Trata-se de triar, de avaliar, de analisar, de “traduzir”, de encontrar respostas para necessidades especiais.

Neste sentido, evidenciam-se a análise documentária e seus produtos (resumos, palavras-chave e outros) como possibilidade de mediação da informação, ou sob outro prisma, como possibilidade de acesso à informação. Dentre os produtos gerados, interessam, a este trabalho, os termos, as palavras que buscam representar as informações inscritas em determinados documentos.

## **2.1 PALAVRAS-CHAVE**

De acordo com Menezes, Cunha e Heemann (2004), define-se palavra-chave como “palavra ou grupo de palavras escolhidas no título ou no texto de um documento, ou ainda numa pesquisa documental de forma a caracterizar o seu conteúdo”.

Em outros termos, Camargo e Bellotto (1996, p. 58), a(s) caracteriza(m) como “palavra ou grupo de palavras retiradas diretamente de um ou mais documentos, para indicar seu conteúdo e facilitar sua recuperação”.

Sob um enfoque pragmático, é possível afirmar que se trata de uma palavra ou grupo de palavras, que - mediante leitura e análise do documento - é ou são

selecionados, para representar sinteticamente seu conteúdo informacional, facilitando assim sua identificação e recuperação.

Neste processo de representação da informação, a principal característica e, por conseguinte, preocupação, é a substituição de um texto longo e complexo do documento, por palavras que sintetizem seu conteúdo, destacando o que realmente é essencial. Para tanto, essas palavras, que representarão o conteúdo informacional do documento, serão selecionadas ou elaboradas mediante a leitura parcial ou global do texto. Nesse sentido, a leitura realizada pelo profissional para a retirada dessas palavras pode ser de forma superficial, focando somente o título, o resumo, os parágrafos iniciais e finais do texto, retirando daí as palavras que ele presume representarem o conteúdo informacional do documento. Pode ainda proceder a uma leitura mais aprofundada, identificando e retirando do texto blocos de informações, os quais, mediante análise e síntese, resultarão na seleção das palavras-chave, indicadoras do conteúdo.

O profissional da informação, em razão da elaboração ou extração de palavras-chave que melhor definam o conteúdo do documento e possibilitem um acesso mais rápido e específico por parte do usuário, realiza um trabalho mental de considerável complexidade e responsabilidade. Cabe a ele, além de conhecer razoavelmente bem o assunto, identificar “os caminhos” que serão percorridos pelos usuários no que diz respeito às suas buscas, assuntos e palavras empregadas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações são consideradas essenciais e imprescindíveis em qualquer segmento da sociedade atual, tida como sociedade da informação e do conhecimento. Nesse contexto, grande quantidade de informações de diversas fontes e diferentes meios é transmitida ao mesmo tempo, gerando, conseqüentemente, dúvida e receio em relação à procedência e veracidade dessas informações.

O reconhecimento da importância e da necessidade das informações, pelo indivíduo, leva-o, portanto, a buscá-las, para suprir sua falta de conhecimento a respeito

de determinado assunto, o que nem sempre se efetiva, em função da quantidade de informações, como já exposto.

Diante desse problema, a figura do profissional da informação, é indiscutivelmente importante, pois, será por intermédio de sua atuação - sua mediação - que as informações serão filtradas e aquelas específicas, contidas no documento, e exigidas pelo usuário, serão disponibilizadas.

Essa mediação, vale lembrar, poderá estar ancorada nos aportes da ciência da informação, na análise documentária, e nos produtos decorrentes deste processo, como as palavras-chave. Assim sendo, o uso das palavras-chave, como meio de representar o conteúdo informacional de documentos, deve levar em conta as diferentes necessidades dos usuários e a área específica que as palavras irão representar. Desta maneira, o profissional deve selecionar e escolher, com grande cuidado, o vocabulário a ser empregado e que resultará nas palavras-chave, pois serão elas que representarão o conhecimento descrito e promoverão a interação entre o usuário e o assunto.

Como afirmado anteriormente, a mediação pode acontecer de diferentes formas: pode ser uma mediação que somente transponha a informação de um formato (texto do documento) para outro (resumo, palavras-chave); ou pode ser - deveria ser - uma mediação que reflita todo o fazer do mediador (profissional da informação) e deixe implícita sua interferência (e não sua manipulação), objetivando a melhor forma de representar o conteúdo informacional do documento.

Neste sentido, a elaboração e o emprego de um termo que represente o tema e o assunto abordado, ou seja, a palavra-chave, no documento, devem ser considerados como uma importante possibilidade de mediação. Importa salientar que a mediação, é fato, só acontecerá, se o usuário se apropriar da informação, se fizer sentido para ele, evidenciando, para tal, a relevância do mediador e do processo de mediação nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. **Mediação da informação e da leitura**. In: SILVA, Terezinha Elisabeth da (Org). **Interdisciplinaridade e Transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008, p.67-85.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **O tempo e o espaço da Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/tempespa.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2009.

CAMARGO, A. M. DE A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. **Mediação** – módulo II. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/elisabeth.dudziak/mediacao-2009-elisabeth-adriana-dudziak-fainc>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 5.0. [S.l.]: Editora Positivo, 2004. CDRom.

GARDIN, J. C. **Les analyses de discours**. Neuchâtel: Delachaux ET Niestlè, 1974.

GARDIN, J. C. et. al.. **La logique du plausible**: essays d'epistemologie pratique en sciences humaines. 2. ed. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 1987.

GUIMARÃES, J.A.C. A Análise Documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J.A.C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero**. Rio de Janeiro, v.11, n.1, fev.2010. Disponível em: <[http://WWW.datagramazero.org.br/fev10/Art\\_02.htm](http://WWW.datagramazero.org.br/fev10/Art_02.htm)>. Acesso em 26 de fev. 2010.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MENEZES, E. M.; CUNHA, M. V. da; HEEMANN, V. M. **Glossário de Análise Documentária**. Londrina: ABECIN, 2004.

MORA, Alice Ferry de; ARCE, Etelvina Nunes. **O conhecimento e sua representação**. Disponível em: <<http://216.239.53.100/search?q=cacheEIMVGuUPJY8C:www.informacaoesociedade.ufpb.br/10>>. Acesso em: 19 dez. 2002.

NAVES, M. M. L. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. In: **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189 – 203, jul./dez., 2001.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 137 – 146, jul./dez., 1998.

OLIVEIRA Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993.